

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

FRANCIELE ISABELLE REIS ROQUE

**O território como espaço de inclusão: desafios e possibilidades na vida
cotidiana de uma criança autista**

São Carlos
2025

FRANCIELE ISABELLE REIS ROQUE

**O território como espaço de inclusão: desafios e possibilidades na vida
cotidiana de uma criança autista**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Terapia Ocupacional da Universidade
Federal de São Carlos, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Terapia
Ocupacional.

Orientadora: Profa. Dra. Amanda
Dourado Souza Akahosi Fernandes.

São Carlos
2025

AGRADECIMENTOS

Este trabalho nasce da minha trajetória, do que um dia foi apenas um sonho e hoje se tornou realidade. Em cada linha deixo um pouco de mim, das lutas, conquistas e aprendizados que me moldaram e me trouxeram até aqui. Encerro esta etapa com o coração transbordando de amor e gratidão.

Ao meu pai, Reginaldo, minha mais profunda e eterna gratidão. Você esteve ao meu lado em cada passo, segurando minha mão nos momentos de incerteza e oferecendo palavras de encorajamento quando minhas forças pareciam se esgotar. Foi você quem acreditou em mim antes mesmo que eu acreditasse, quem me deu esperança nos dias mais difíceis e me ensinou, com seu exemplo, o valor da dedicação, da resiliência e do amor incondicional. Agradeço por todas as noites de trabalho duro, sempre se esforçando para me oferecer o melhor e mostrando, com sua vida, a força de um verdadeiro guerreiro. Nada disso seria possível sem o seu apoio incansável. Obrigada, pai, por ser meu alicerce, meu maior incentivador e o motivo de eu nunca ter desistido. Você é minha maior inspiração. Esse sonho também é seu!

À minha mãe, Keila, agradeço pelo carinho, pelos conselhos sábios e pela presença constante em minha vida. Você sempre soube iluminar meus caminhos com palavras certas e amor inabalável. Obrigada por caminhar comigo desde o início dessa escolha e por ser uma referência de força e ternura.

Ao meu irmão, Gabriel, que foi uma das maiores razões que me fizeram escolher esta profissão. Sua história e seu exemplo me inspiraram a querer transformar vidas e a buscar ser uma profissional capaz de contribuir para um mundo melhor. Você é, e sempre será, uma das minhas maiores fontes de inspiração e determinação.

À minha irmã, Amanda, agradeço por sua presença, carinho e reconhecimento. Sua forma de estar comigo fez diferença e deixou esta caminhada mais leve.

Aos meus avós, tias e tios, obrigada pelo incentivo constante, pelas orações que me fortaleceram e aqueceram meu coração. Contar com o apoio de vocês foi essencial e muito especial nesta jornada.

Aos professores e profissionais que fizeram parte desta minha jornada, deixo minha imensa gratidão. Cada ensinamento, conselho, exemplo e partilha de experiência foram fundamentais para a minha formação. Vocês não apenas transmitiram conhecimento, mas também despertaram em mim valores, reflexões e a paixão pela Terapia Ocupacional. Carrego comigo cada aprendizado, cada gesto de incentivo e cada palavra que me impulsionou a crescer,

tanto como estudante quanto como pessoa. Graças a vocês, sinto-me preparada e inspirada para seguir meu propósito e me tornar uma Terapeuta Ocupacional incrível.

À minha orientadora, professora Amanda Dourado, expresso minha mais profunda gratidão. Sua orientação sempre foi humana, respeitosa e inspiradora. Você guiou meus passos com sabedoria, clareza e firmeza, oferecendo apoio constante e acreditando no meu potencial. Obrigada por ser um porto seguro, por acolher minhas inquietações com paciência e confiança, e por me ensinar com sensibilidade e dedicação. Sua presença marcou minha formação de maneira única e ficará para sempre guardada em minha memória e no meu coração. Você é, para mim, uma inspiração de profissional e de ser humano, e levarei seus ensinamentos como referência em minha vida e carreira.

Às crianças e famílias que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, obrigada pela confiança, pelo afeto e por me permitirem vivenciar de perto a potência da Terapia Ocupacional. Cada gesto, cada olhar e cada vínculo construído se tornaram parte de mim e serão sempre lembrados com carinho.

Aos amigos que estiveram ao meu lado, obrigada por celebrarem comigo cada conquista, por permanecerem nos momentos bons e nos difíceis, e por me proporcionarem aprendizados que levarei por toda a vida. Sou imensamente grata pelas lembranças e pela amizade verdadeira que levarei comigo para sempre.

Concluir esta etapa representa muito mais do que finalizar um curso. Foi um processo de superação, coragem e descobertas, no qual aprendi a me fortalecer diante das dificuldades e a valorizar cada conquista, por menor que fosse. Este trabalho é tecido por memórias, afetos, aprendizados e pessoas que fizeram parte do meu caminho, deixando marcas profundas em quem me tornei. A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta trajetória, deixo meu sincero e eterno agradecimento por ajudarem a construir a pessoa e a profissional que sou hoje.

RESUMO

O autismo, historicamente concebido sob diferentes perspectivas, vêm sendo cada vez mais compreendido à luz do movimento da neurodiversidade, que o reconhece como uma variação natural da condição humana. Apesar dos avanços em políticas públicas e no reconhecimento de seus direitos, o processo de inclusão social de crianças autistas ainda é um desafio, considerando as barreiras estruturais, culturais e atitudinais. Nesse cenário, torna-se relevante investigar como a inclusão ocorre nos territórios de vida dessas crianças, sob a perspectiva da atenção psicossocial, que valoriza as singularidades dos sujeitos e as dimensões coletivas, sociais e culturais envolvidas no cuidado. Assim, este estudo teve como objetivo identificar e compreender o processo de inclusão social de uma criança autista em seu território, considerando a perspectiva da própria criança e de seus responsáveis. A pesquisa, de natureza qualitativa é caracterizada como estudo de caso, envolveu uma criança autista e seus responsáveis. A produção dos dados ocorreu ao longo de seis meses, sendo utilizado observação participante, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e metodologias criativas. A análise dos dados foi realizada por meio do software ATLAS.ti e da análise holística do caso, a partir da descrição detalhada das vivências da criança e de sua família. Esse processo incluiu a identificação de temas centrais sendo organizado em três eixos: 1) Caracterização dos Participantes; 2) Cotidiano e inclusão social: possibilidades a partir do território e 3) Barreiras e desafios da inclusão social no território. Os resultados evidenciam que a inclusão social depende tanto de políticas públicas eficazes quanto de uma rede comunitária sensível e acolhedora, que reconheça a diversidade humana. O estudo contribui para o fortalecimento de práticas intersetoriais e políticas que ampliem o acesso e a participação social das crianças autistas em seus territórios.

Palavras-chave: Inclusão social; Autismo; Crianças; Atenção psicossocial.

ABSTRACT

Autism, historically conceived from different perspectives, has increasingly been understood in light of the neurodiversity movement, which recognizes it as a natural variation of the human condition. Despite advances in public policies and in the recognition of rights, the social inclusion process of autistic children remains a challenge, considering structural, cultural, and attitudinal barriers. In this context, it becomes relevant to investigate how inclusion occurs within the life territories of these children, from the perspective of psychosocial care, which values individual singularities and the collective, social, and cultural dimensions involved in care. Thus, this study aimed to identify and understand the process of social inclusion of an autistic child within their territory, considering the perspectives of both the child and their caregivers. This qualitative case study involved an autistic child and their caregivers. Data were collected over six months through participant observation, field diary, semi-structured interviews, and creative methodologies. Data analysis was conducted using ATLAS.ti software and holistic case analysis, based on a detailed description of the experiences of the child and their family. This process included the identification of central themes, organized into three axes: (1) Characterization of the participants; (2) Daily life and social inclusion: possibilities within the territory; and (3) Barriers and challenges to social inclusion in the territory. The results show that social inclusion depends both on effective public policies and on a sensitive and welcoming community network that recognizes human diversity. The study contributes to strengthening intersectoral practices and policies that expand access and social participation of autistic children in their territories.

Keywords: Social inclusion; Autism; Children; Psychosocial care.

LISTA DE ABREVIATURA

APA - American Psychiatric Association (Associação Americana de Psiquiatria)

ATLAS.ti - Software de análise qualitativa de dados

DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (5ª ed.)

Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TO - Terapia Ocupacional

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

WHO - World Health Organization (Organização Mundial da Saúde)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Território da Criança e de sua Família.....	25
Figura 2 - Atividade Lúdica - Território da Criança e de sua Família	27
Figura 3 – Praça de Lazer do Território.	29
Figura 4 – Praça de Lazer do Território.	30
Figura 5 - Ponto de ônibus com cobertura danificada e acúmulo de lixo no território.	31
Figura 6 - Ponto de ônibus com cobertura danificada e acúmulo de lixo no território.	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVO.....	13
3 METODOLOGIA.....	14
3.1 Participante	14
3.2 Local.....	15
3.3 Instrumentos.....	15
3.4 Procedimentos	17
3.4.1 Aspectos éticos.....	17
3.4.2 Identificação e localização do participante.....	18
3.4.3 Produção dos dados	18
3.4.4 Análise dos dados	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
4.1 Caracterização dos Participantes	20
4.2 Cotidiano e inclusão social: possibilidades a partir do território.....	22
4.3 Barreiras e desafios da inclusão social no território.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Desde a primeira formulação descrita por Kanner, o autismo¹ tem sido concebido sob diferentes enfoques - teorias psicanalíticas, afetivas, teoria da mente, desenvolvimentistas/neuropsicológicas, dentre outras. Nas últimas décadas, o movimento da neurodiversidade tem promovido um debate amplo a esse respeito, compreendendo o autismo enquanto uma condição que difere significativamente das perspectivas tradicionais. Em vez de adotar o autismo como um transtorno ou um problema a ser corrigido ou curado, a neurodiversidade reconhece o autismo como uma variação natural do ser humano (Donvan e Zucker, 2017). Essa perspectiva e forma de concepção do autismo dialoga com o campo da saúde mental e o modelo de cuidado da atenção psicossocial², onde se insere o presente estudo, uma vez que a doença ou transtorno tende a ser colocado em segundo plano.

Entretanto, reconhecido oficialmente pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) e pela Classificação Internacional de Doenças (CID-11) como Transtorno do Espectro Autismo (TEA), o autismo é caracterizado por dificuldades na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. A longo prazo, tende a afetar o desenvolvimento da criança em diversas áreas (Camargo e Bosa, 2009; APA, 2014; WHO, 2022).

Para Camargos (2002), as crianças autistas podem apresentar desde seus primeiros anos dificuldades que irão implicar na sua inclusão social nos diferentes contextos da vida. Compreende-se que a inclusão social, no campo da saúde mental e sob a perspectiva da atenção psicossocial, refere-se ao processo de garantir que indivíduos tenham acesso igualitário às oportunidades sociais, econômicas, culturais e educacionais disponíveis na sociedade, a partir da eliminação das barreiras, acesso a direitos, equidade e igualdade (Amarante, 2007).

¹Apesar do Transtorno do Espectro Autista (TEA) ser a forma mais difundida e utilizada para se referir ao autismo, compreendemos que se trata de uma classificação diagnóstica, a partir de uma perspectiva e debate biomédico que adota o autismo enquanto doença ou problema a ser curado e tratado. Assim, considerando o campo em que se insere o presente estudo e defesa pelo cuidado a partir da atenção psicossocial, no decorrer do trabalho optamos por adotar o termo autismo e pessoas/crianças autistas, considerando que se trata de uma condição, tendo uma base identitária, em diálogo com o movimento da neurodiversidade.

² O conceito de atenção psicossocial associado à reforma psiquiátrica, caracteriza-se como um referencial teórico-metodológico, que no Brasil busca transformar o modelo de assistência em saúde mental, priorizando a desinstitucionalização e a inclusão social das pessoas sem sofrimento psíquico. A atenção psicossocial é fundamentada nos princípios da integralidade, territorialidade, respeito aos direitos humanos, participação social e promoção da autonomia dos usuários dos serviços de saúde mental.

Mesmo que diante dos avanços no âmbito das políticas públicas e no reconhecimento dos direitos dessa população, a inclusão de crianças autistas na sociedade perpassa por vários desafios que impedem sua plena participação e integração, tais como, o capacitismo. Este envolve a discriminação, preconceito e atitudes negativas em relação a pessoas com deficiência. Além disso, persistem práticas sociais, culturais e institucionais que perpetuam a marginalização e a desvalorização dessas pessoas (Lage *et al.*, 2023).

Assim, é fundamental refletir sobre o processo de inclusão de crianças autistas em diferentes contextos de inserção e, em seus territórios, uma vez que diante da complexidade existentes, demanda de esforço conjunto de educadores, profissionais de saúde, familiares e toda comunidade, de forma a garantir os direitos dessa população (Oliveira, 2017; Couto, 2015; Lima, 2017). Considera-se que a defesa pela inclusão social de crianças autistas, é essencial para construir uma sociedade mais justa, equitativa, tendo em vista os direitos humanos, sendo que estes conceitos devem ser os pilares na construção de políticas públicas (Brasil, 2015).

Apesar da inclusão social de crianças autistas ser um tema amplamente estudado e abordado na literatura, os estudos em sua maioria se referem aos desafios da inclusão escolar (Cabral e Marin, 2017; Caneda e Chaves, 2015, Lemos *et al.*, 2014). Nesse sentido, há uma escassez de estudos que se debruçam a compreender a inclusão de crianças autistas em outros espaços do território e que abarque dimensões comunitárias, coletivas e não somente os limites individuais advindos da classificação diagnóstica.

A título de exemplo, no estudo de Lemos *et al.* (2014), realizado com 42 crianças, das quais quatro crianças tinham o diagnóstico autismo, teve como objetivo analisar as interações sociais de crianças consideradas no espectro autista, nos contextos de escolas regulares. Os autores identificaram que as crianças autistas apresentam muitas dificuldades no ambiente escolar, tais como, nas habilidades sociais, sendo fundamental avaliar como estas interações sociais ocorrem nos contextos escolares, visando o uso de ferramentas de linguística, mediação das professoras e colegas para superação das dificuldades. Ainda, sugerem estudos futuros que possam aprofundar sobre essa temática e orientar pais e profissionais.

Em um estudo de revisão da literatura realizado por Giolo e Garcez (2022), o qual objetivou apresentar a produção científica brasileira sobre a inclusão de crianças autistas no ensino regular, entre os anos de 2010 e 2020, os autores identificaram nos principais resultados a falta de preparo das escolas frente à inclusão dessas crianças, no sentido de que muitos professores não se sentem aptos para trabalhar com as mesmas. Desta forma, a inclusão das crianças autistas em escolas regulares não é um processo tão inclusivo como deveria ser, devido

às grandes dificuldades enfrentadas pelo ensino regular, tanto de estrutura quanto de planejamento.

Diante desse cenário, este estudo pretende avançar no debate sobre a inclusão social de crianças autistas, em diferentes contextos de vida e no território, e adota enquanto referencial teórico-metodológico a atenção psicossocial. Essa dimensão ampliada da forma de se conceber o autismo gera impactos significativos no âmbito das práticas de cuidado em saúde mental que sejam produtoras de saúde, vida e cidadania. Compreende-se que as diferentes formas e manifestações de sofrimento tem que ser dimensionados na particularidade e singularidade do sujeito, em seus contextos e formas de condução da vida, como também sob a perspectiva coletiva, cultural, social e histórica (Lourenço *et al.*, 2021, Matsukura *et al.*, 2022).

2 OBJETIVO

Este estudo teve como objetivo identificar e compreender o processo de inclusão social de uma criança autista em seu território, considerando a perspectiva da própria criança e de seus responsáveis.

3 METODOLOGIA

Considerando os objetivos propostos, este estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, caracterizada como estudo de caso (Creswell, 2014).

Compreende-se que a abordagem qualitativa contribui ao explorar as experiências e perspectivas dos indivíduos e do ambiente em que eles estão inseridos, além de estar vinculada aos motivos, intenções e projetos dos participantes, a partir dos quais as ações, estruturas e relações adquirem significado. Esse tipo de abordagem é utilizado para preenchimento de lacunas, oferecendo uma compreensão mais rica e contextualizada do tema investigado, aprimorando assim práticas e políticas destinadas a promover o bem-estar do indivíduo (Godoy, 1995). Segundo Sampieri, Colado e Lucio (2006), as pesquisas qualitativas proporcionam uma abordagem mais holística e aprofundada em relação aos aspectos estudados.

Já a pesquisa denominada como estudo de caso é compreendida como aquela em que o pesquisador explora um sistema delimitado, contemporâneo da vida real, a partir de um único ou múltiplos casos (sendo recomendado não ultrapassar mais de quatro ou cinco casos), no decorrer de um determinado tempo, a partir do uso de diversas fontes de informações para coleta de dados - entrevistas, observação participante, documentos, materiais audiovisuais, entre outros (Creswell, 2014).

Dessa forma, a pesquisa de estudo de caso se inicia a partir de um problema e da identificação e escolha de um ou múltiplos casos, considerando alguns parâmetros, tais como, local e momento específico. Ressalta-se que a intenção de realizar uma pesquisa de estudo de caso, visa compreender em profundidade uma questão, problema ou preocupação específica (Yan, 2009; Creswell, 2014).

Posto isso, diante do problema apresentado e objetivo a ser alcançado, é que o presente estudo será realizado a partir um caso de um local e contexto específico.

3.1 Participante

Participaram deste estudo um menino autista de cinco anos, juntamente com seus responsáveis. Cabe ressaltar que a criança já era acompanhada no território por meio das atividades de extensão e ensino, as quais foram fundamentais para a sua inclusão e o acompanhamento ao longo da pesquisa.

3.2 Local

A pesquisa foi conduzida em uma região periférica situada em um município do interior do Estado de São Paulo. Este território caracteriza-se por uma elevada vulnerabilidade social e contempla, além da residência dos participantes, outros contextos de inserção, tais como praças, escolas, serviços de saúde, assistência social e projetos sociais.

Apesar de ser uma região onde é evidente o crescimento comercial, com a consolidação de um comércio local capaz de atender às demandas básicas da população e reduzir a necessidade de deslocamentos a outras áreas da cidade, observam-se fragilidades importantes no que tange à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e à qualidade de vida. De acordo com levantamentos do IBGE e análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), é comum que territórios periféricos urbanos convivam simultaneamente com avanços econômicos e carências estruturais, refletindo desigualdades históricas no acesso a direitos básicos. A cobertura da mídia regional reforça esse cenário ao relatar, de forma recorrente, problemas como ruas em más condições de conservação, falhas no sistema de abastecimento de água, bueiros entupidos, inundações, precariedade nos pontos de ônibus, superlotação em unidades de saúde e ocorrências ligadas à segurança pública e ao vandalismo em instituições escolares. Essas realidades, no entanto, demonstram que, com investimentos adequados e o fortalecimento das redes locais, essas regiões podem alcançar melhorias significativas e promover maior inclusão social e qualidade de vida para a população.

3.3 Instrumentos

Para coleta de dados, foi adotado durante todo o processo a observação participante e o diário de campo (Beaud; Weber, 2014), entrevistas semiestruturadas com os responsáveis e metodologias criativas para coleta de dados com crianças.

A observação participante envolveu a inserção ativa da pesquisadora no ambiente estudado, permitindo não apenas a observação direta, mas também a participação em diversas atividades do cotidiano do participante. Esse processo demandou uma aproximação gradual e contínua com a família, estabelecendo vínculos de confiança e promovendo interações que possibilitaram um olhar mais aprofundado sobre as dinâmicas sociais, desafios e experiências vivenciadas pela criança autista e seu responsável no território.

Na prática, a pesquisadora esteve presente em diferentes momentos da rotina da criança, acompanhando suas interações em casa, em estabelecimentos, em espaços públicos e

em atividades gerais. Essa imersão no território permitiu compreender as estratégias utilizadas pelas famílias para lidar com as barreiras à inclusão, bem como identificar os recursos disponíveis e os desafios enfrentados no dia a dia. Além disso, a participação ativa possibilitou captar nuances das relações sociais que não estariam acessíveis apenas por meio de relatos ou observação distante, enriquecendo a análise e aprofundando a compreensão do fenômeno investigado (DeWalt; Kathleen M e Billie, 2011).

O diário de campo foi utilizado como um dos principais instrumentos da pesquisa, desempenhando um papel fundamental no registro e na sistematização das informações coletadas ao longo do estudo. Segundo Beaud e Weber (2014), o diário de campo é um instrumento essencial para o pesquisador, no qual são registradas observações, impressões, reflexões e descrições detalhadas das interações e eventos observados no campo de pesquisa. No contexto deste estudo, ele permitiu documentar não apenas aspectos factuais das situações vivenciadas, mas também as percepções subjetivas da pesquisadora, contribuindo para uma análise mais aprofundada e contextualizada dos fenômenos investigados.

Além de ser um meio de registro, o diário de campo foi utilizado como ferramenta reflexiva, possibilitando a interpretação das experiências observadas e o entendimento das dinâmicas sociais envolvidas na inclusão da criança autista no território estudado. A sistematização dessas anotações foi essencial para organizar e correlacionar os dados obtidos, facilitando a identificação de padrões, desafios e potencialidades no contexto analisado (Beaud; Weber, 2014).

Já as entrevistas semiestruturadas com o responsável foram realizadas e gravadas com o devido consentimento e autorização dos participantes. Cada entrevista foi cuidadosamente elaborada, com questões direcionadas às vivências cotidianas da criança e sua família, com ênfase específica na inclusão social. As questões abordaram temas como saúde, educação e o território, buscando entender como essas dimensões impactam a inclusão da criança. As entrevistas foram conduzidas em diferentes encontros, o que permitiu uma abordagem mais aprofundada e focada em cada tema.

Essas entrevistas foram elaboradas com base em estudos da literatura e, para garantir sua validade, foram submetidas à apreciação de especialistas da área (Manzini, 2003). O processo de realização das entrevistas foi marcado pela criação de um ambiente de confiança, o que possibilitou ao responsável compartilhar suas experiências de forma aberta e detalhada. Durante as entrevistas, foi possível explorar não apenas as perspectivas individuais, mas também as dinâmicas familiares e as interações sociais que envolvem a criança.

Em relação à criança, foram adotadas metodologias criativas, como elucidação gráfica, uso de fotografias, brincadeiras e dinâmicas. O objetivo dessas estratégias foi proporcionar meios alternativos de expressão, permitindo que a criança compartilhasse suas experiências, sentimentos e percepções de maneira lúdica e acessível (Santos, 2013; Coimbra; Costa & Lima, 2022).

Na prática, essas abordagens foram essenciais para estabelecer uma comunicação mais espontânea e respeitar as particularidades da criança. A elucidação gráfica, por meio de desenhos e ilustrações, possibilitou que a criança expressasse suas vivências cotidianas de maneira visual. O uso de fotografias permitiu que registrasse e comentasse sobre locais e momentos significativos em seu cotidiano, ampliando a compreensão sobre suas rotinas e interações. As brincadeiras e dinâmicas foram fundamentais para criar um ambiente de conforto e engajamento, favorecendo a expressão natural e autêntica da criança. A implementação dessas estratégias foram essenciais para captar nuances de vivências da criança no território e compreender os desafios e as possibilidades da inclusão social a partir de sua perspectiva.

Ao longo do processo, observou-se que essas metodologias não apenas facilitaram a comunicação, mas também proporcionaram uma melhor compreensão sobre como a criança percebe sua inclusão social. A combinação dessas ferramentas permitiu captar elementos que poderiam não ser acessíveis por meio de métodos tradicionais, enriquecendo a análise dos dados e trazendo uma perspectiva mais sensível e aprofundada sobre suas experiências (Santos, 2013; Coimbra; Costa & Lima, 2022).

Dessa forma, a pesquisa reafirma a importância de conduzir estudos não apenas sobre crianças autistas, mas com a participação ativa da própria criança, reconhecendo-a como sujeito social capaz de contribuir para a construção do conhecimento. A abordagem adotada busca garantir uma investigação respeitosa, inclusiva e contextualizada, valorizando o conhecimento da criança sobre sua própria vida e experiências. Esse compromisso é fundamental para ampliar a compreensão dos desafios e das potencialidades da inclusão social de uma criança autista no território, considerando a complexidade das dinâmicas familiares, institucionais e comunitárias envolvidas nesse processo (Fernandes e Souza, 2020).

3.4 Procedimentos

3.4.1 Aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi submetido para apreciação no Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar, seguindo as orientações da resolução 510/2016, sendo aprovado com parecer nº 6.289.795. Além disso, a responsável legal e a criança que aceitaram participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento (TALE), seguindo as normas éticas para pesquisas com crianças.

3.4.2 Identificação e localização do participante

O participante e seu responsável foram identificados e localizados por meio das ações de ensino e extensão, já em desenvolvimento no território do estudo. Assim, foi realizado o convite para o responsável legal pela criança.

3.4.3 Produção dos dados

A produção dos dados foi conduzida presencialmente no território e na residência da criança participante, ao longo de seis meses, com a realização de um encontro semanal. Esse processo seguiu um planejamento prévio, com definição estruturada de dias, horários e locais em comum acordo com a responsável, assegurando a continuidade e a sistematização da pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa reafirma a importância de conduzir estudos não apenas sobre crianças autistas, mas com a participação ativa da própria criança, reconhecendo-a como sujeito social capaz de contribuir para a construção do conhecimento. A abordagem adotada busca garantir uma investigação respeitosa, inclusiva e contextualizada, valorizando o conhecimento da criança sobre sua própria vida e experiências. Esse compromisso é fundamental para ampliar a compreensão dos desafios e das potencialidades da inclusão social de uma criança autista no território, considerando a complexidade das dinâmicas familiares, institucionais e comunitárias envolvidas nesse processo (Fernandes e Souza, 2020).

3.4.4 Análise dos dados

Para a análise dos dados, primeiramente foi utilizado o software ATLAS.ti para uma análise preliminar, permitindo a organização e categorização das informações coletadas de forma sistemática.

Além disso, segundo Creswell (2014), a análise de dados em pesquisas do tipo estudo de caso pode variar conforme a condução da investigação. No presente estudo, por se tratar de um estudo de caso único, optou-se inicialmente por uma análise holística do caso, a partir da descrição detalhada das vivências da criança e de sua família. Esse processo incluiu a identificação de temas centrais e situações específicas que permitiram compreender a complexidade da inclusão social no território, analisando fatores que facilitam e dificultam esse processo nos diferentes contextos vivenciados pela criança, como a escola, os espaços de lazer e o acesso a serviços de saúde.

Posteriormente, com base na análise do caso, foi realizada uma avaliação aprofundada com o objetivo de identificar aspectos relevantes nas experiências de inclusão social. Dessa forma, foi possível uma compreensão mais ampla das dinâmicas de inclusão social da criança, evidenciando não apenas os desafios estruturais e institucionais presentes no território, mas também as estratégias e apoios comunitários que contribuem para a ampliação da sua participação social em diferentes contextos de vida.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos a partir da coleta foram sistematicamente organizados, categorizados e analisados, resultando na definição de três eixos temáticos centrais que estruturam a apresentação dos resultados desta pesquisa.

Eixos temáticos:

1. Caracterização dos participantes;
2. Cotidiano e inclusão social: possibilidades a partir do território;
3. Barreiras e desafios da inclusão social no território.

4.1 Caracterização dos Participantes

Nesta seção, são apresentados os dados referentes à caracterização da criança participante da pesquisa e de sua responsável.

Trata-se de um menino de 5 anos, pardo, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), classificado como nível 2 de suporte, conforme o DSM-5. Esse nível indica necessidade de suporte moderado, especialmente nas áreas de comunicação social e em comportamentos restritos e repetitivos. Crianças com esse perfil geralmente enfrentam dificuldades significativas para interagir socialmente e adaptar-se a mudanças na rotina, o que pode afetar sua participação em contextos como a escola e outros espaços comunitários.

Essa condição demanda intervenções contínuas e acompanhamento especializado, com o objetivo de promover o desenvolvimento de habilidades que favoreçam a autonomia e a inclusão da criança em seu cotidiano. A atuação conjunta da família, profissionais de saúde e da educação é essencial para garantir seu direito à participação social e ao convívio com a comunidade (Silva; Gomes; Fernandes, 2019).

A criança demonstra interesses bastante específicos, com destaque para sua grande admiração por trens, especialmente pelo desenho animado *Thomas e Seus Amigos*, que ocupa um lugar central em suas atividades lúdicas e de entretenimento. Esse interesse direcionado revela-se também como uma porta de entrada para aprendizagens significativas. A criança apresenta facilidade de aprendizagem, destacando-se principalmente no domínio de conteúdo em inglês, com notável capacidade de assimilação e memória aguçada, evidenciando seu potencial cognitivo.

No entanto, algumas dificuldades impactam diretamente seu cotidiano e exigem atenção contínua por parte da família e dos profissionais que a acompanham. A seletividade

alimentar é bastante acentuada, demandando intervenções frequentes dos cuidadores para garantir uma alimentação minimamente equilibrada. Outro fator relevante refere-se à qualidade do sono: noites mal dormidas afetam significativamente seu comportamento, resultando em episódios de desregulação emocional e irritabilidade. Além disso, observam-se regressões em seu desenvolvimento sempre que há interrupções nos atendimentos terapêuticos, o que reforça a importância da regularidade e da constância no cuidado profissional.

De acordo com a literatura, o acesso a serviços de saúde e educação especializados para crianças autistas ainda constitui um dos maiores desafios enfrentados pelas famílias, sendo marcado por longas filas de espera, ausência de profissionais capacitados em determinadas regiões e descontinuidade das intervenções, fatores que comprometem diretamente o desenvolvimento infantil (Silva; Gomes, 2019).

No caso apresentado, observa-se que, embora a criança possua potencialidades cognitivas e interesses específicos que podem ser utilizados como estratégias de aprendizagem significativa, vivência regressões em seu desenvolvimento quando os atendimentos terapêuticos sofrem interrupções. Isso evidencia a relevância da regularidade e da constância dos serviços. Além disso, questões como seletividade alimentar e dificuldades de sono, comuns em crianças autistas, exigem acompanhamento multiprofissional contínuo, reforçando a necessidade de uma rede articulada entre saúde, educação e família. A falta de acesso consistente a esse suporte não apenas limita o progresso da criança, mas também restringe seu direito à participação social e ao convívio pleno em sua comunidade, configurando-se como um obstáculo à efetivação da inclusão.

Quanto ao contexto familiar, a criança vive com a mãe, o pai e um tio, enquanto o irmão, embora não resida na mesma casa, está frequentemente presente e mantém vínculos afetivos próximos. Todos os adultos da residência trabalham e compartilham as responsabilidades financeiras e os cuidados com a criança. A família conta com o apoio de cestas básicas e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) como formas de complementar a renda mensal.

Apesar da presença e do envolvimento ativo dos pais e do tio nas rotinas familiares, existem conflitos recorrentes entre os pais, gerando instabilidades no ambiente doméstico. Esses conflitos, muitas vezes, afetam o bem-estar emocional da criança, exigindo atenção especial ao impacto que tais dinâmicas familiares podem ter em seu desenvolvimento e inclusão.

Observa-se que a realidade da criança participante dialoga com o que a literatura aponta sobre os desafios do autismo no contexto familiar, escolar e comunitário. O

envolvimento da família é apontado como fator essencial no processo de desenvolvimento e inclusão, atuando como rede de apoio afetivo e de estímulo às aprendizagens significativas, mas também podendo se tornar um espaço de conflitos e sobrecarga diante das dificuldades do cotidiano e da ausência de suporte contínuo (Costa; Silva; Souza, 2020).

Nesse sentido, estudos mostram que o diagnóstico de autismo afeta profundamente a dinâmica familiar, exigindo reorganização das funções, enfrentamento de desafios emocionais e busca de redes intersetoriais de apoio como forma de sustentar a resiliência e o cuidado compartilhado (Almeida; Ribeiro; Santos, 2021). De forma complementar, uma revisão recente aponta que os impactos nas relações familiares podem ser atenuados quando há suporte social ampliado, construção de redes comunitárias e maior articulação entre saúde, educação e assistência, possibilitando melhores condições para o desenvolvimento e a inclusão da criança com TEA em sua comunidade (Reis; Pereira-Silva, 2023)

4.2 Cotidiano e inclusão social: possibilidades a partir do território

Este eixo compreende os elementos que favorecem a inclusão social das crianças autistas em seus territórios. Entre esses elementos, destacam-se o acesso a espaços públicos e comunitários inclusivos, o acolhimento por parte da comunidade, o apoio familiar presente e engajado, o acesso contínuo a tratamentos adequados às necessidades da criança, bem como a existência de uma rede de apoio intersetorial, formada por profissionais da saúde, educação e assistência social. Esses fatores, quando articulados, contribuem significativamente para a garantia de direitos e inclusão social da criança no seu cotidiano de vida.

Em relação aos espaços de circulação, inclusão, participação e convivência no território, a mãe entrevistada destacou percepções bastante positivas, especialmente no que diz respeito ao ambiente escolar. Ela descreve a escola como um espaço acolhedor e inclusivo, enfatizando o papel afetivo dos profissionais e colegas de classe.

A experiência escolar do meu filho é muito positiva, contendo muito acolhimento e muito carinho dos professores e amiguinhos de sala (mãe).

A fala reforça a importância do vínculo afetivo na construção de uma experiência educacional significativa para a criança autista. Além disso, a mãe ressalta que a escola adota estratégias específicas para lidar com as dificuldades do filho, sempre mantendo um canal de comunicação ativo entre família e escola, conforme registro realizado no diário de campo.

A escola aborda suas dificuldades com estratégias específicas, contendo sempre um vínculo com muita comunicação entre a mãe e a professora. Contendo sempre com muito suporte de todos na escola (diário de campo).

Esses relatos evidenciam que a escola em questão demonstra interesse, disponibilidade e recursos para garantir não apenas a permanência da criança, mas também uma educação inclusiva, com suporte adequado às suas necessidades.

A participação social de crianças autistas nos territórios depende de fatores variados, que incluem o acesso a espaços comunitários inclusivos e a presença de uma rede de apoio intersetorial capaz de articular saúde, educação e assistência social. Nesse contexto, o relato da mãe entrevistada destaca a escola como um espaço privilegiado de convivência, socialização e aprendizado, descrito como acolhedor e afetivo, no qual professores e colegas contribuem de maneira significativa para a experiência educacional da criança. Esse dado corrobora a literatura, que ressalta a importância do vínculo afetivo na promoção de práticas pedagógicas inclusivas e na construção de aprendizagens mais significativas (Costa; Silva; Souza, 2020).

Além disso, a adoção de estratégias específicas para lidar com as dificuldades do aluno, aliada à comunicação constante entre escola e família, indica que a instituição busca não apenas garantir a permanência da criança, mas também a efetividade de sua inclusão. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabelecem que a inclusão vai além da simples matrícula do aluno em uma escola regular: é necessário assegurar suporte adequado, adaptação curricular e acompanhamento contínuo. Essa prática se alinha a estudos que enfatizam a necessidade de práticas pedagógicas adaptadas, formação docente contínua e suporte interdisciplinar (Orbinatte Junior, 2025).

Em síntese, esse resultado permite afirmar que a escola, ao adotar estratégias específicas e manter comunicação próxima com a família, atua em consonância com os princípios da educação inclusiva no Brasil, evidenciando que inclusão é um processo dinâmico, relacional e multidimensional, que envolve currículo, práticas pedagógicas, suporte interdisciplinar e participação familiar (Rosa, 2025).

No que diz respeito aos tratamentos e à rede de saúde do território, a mãe demonstrou satisfação com os atendimentos recebidos. Ela relata que as instituições locais têm oferecido o suporte necessário, com encaminhamentos para diversos profissionais da saúde, incluindo terapeutas ocupacionais, o que amplia o cuidado não apenas à criança, mas à família como um todo. Segundo ela:

As instituições locais são muito boas também, sempre atendendo meu filho e dando todo suporte necessário e até mesmo fazendo encaminhamentos para profissionais de saúde que nem terapeutas ocupacionais, que visa proporcionar um acolhimento com toda família e não só apenas na criança. Mas as instituições locais daqui de onde moro são muito inclusivas sim (mãe).

O relato da mãe evidencia que a criança e sua família são atendidas por uma rede de saúde local que vai além do cuidado pontual, oferecendo acolhimento, orientação e encaminhamentos multiprofissionais. A presença de profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais, demonstra a atuação integral e articulada da rede, que considera não apenas as necessidades da criança, mas também o bem-estar da família como um todo (Bueno *et al.*, 2021).

O cuidado ampliado, em rede e intersetorial, está em consonância com os princípios da atenção psicossocial, que privilegiam o cuidado integral, a territorialidade e o protagonismo do usuário e de sua família. Ao atuar de forma sensível às demandas familiares, os serviços fortalecem vínculos, promovem participação social e contribuem para a inclusão da criança em diferentes contextos da comunidade (Trevisan; Almeida; Barros, 2023).

Além disso, a atuação próxima ao território da criança favorece o acesso contínuo e a integração comunitária, permitindo que a intervenção não se limite ao tratamento de sintomas, mas busque também a promoção de autonomia, bem-estar e qualidade de vida. Dessa forma, os achados reforçam que uma rede de atenção psicossocial articulada, sensível e multiprofissional constitui elemento fundamental para o desenvolvimento, a inclusão e o fortalecimento das famílias de crianças autistas (Fiocruz, 2023).

Quanto ao território em si, para além dos equipamentos da assistência, a mãe expressa um forte sentimento de pertencimento e reconhecimento comunitário, devido aos moradores e vizinhos locais.

Aqui onde moramos todo mundo trata o meu filho muito bem, ele é nascido e está crescendo aqui então todo mundo o adora e o mima muito. Ele é super bem tratado por vizinhos próximos e distantes (mãe).



Figura 1 - Território da Criança e de sua Família.
Fonte: Registro da Pesquisadora.

No diário de campo da pesquisa, registra-se a percepção de que os vizinhos mantêm um forte vínculo com a criança e sua família. Em diferentes visitas, foi muito observado a presença constante desses moradores próximos, evidenciando interações frequentes, manifestações de cuidado e atitudes de preocupação em relação ao bem-estar da criança.

Durante as visitas realizadas, foi observado de forma recorrente a presença dos vizinhos junto à criança e sua família, percebendo interações frequentes, demonstrações de cuidado e atitudes de preocupação em relação ao bem-estar da criança (diário de campo).

Essa dinâmica aponta para a existência de uma rede de apoio comunitária que, ainda que informal, desempenha papel significativo na convivência cotidiana e no fortalecimento das relações sociais do núcleo familiar. Esse fator configura-se como um aspecto positivo para a inclusão da criança autista no território em que vive, uma vez que favorece sua participação social, amplia as oportunidades de interação e contribui para a construção de um ambiente mais acolhedor e inclusivo (Caron Neto e Nascimento, 2022).

Os exemplos acima evidenciam como a convivência contínua da criança no mesmo território ao longo dos anos contribuiu para a construção de laços afetivos e sociais sólidos. O vínculo com vizinhos e com a comunidade em geral configura-se como uma importante rede de apoio, fortalecendo não apenas a inclusão social da criança, mas também a qualidade de vida de toda a família. Essa familiaridade e o afeto da vizinhança demonstram que a inclusão, nesse

contexto, não ocorre apenas de forma institucional, mas de maneira orgânica, no cotidiano das relações comunitárias.

Nesse sentido, os dados indicam que, neste território específico, existem possibilidades concretas e efetivas de inclusão social de crianças autistas, mediadas por diferentes atores sociais. A escola, a rede de saúde e a própria comunidade atuam como agentes integradores, promovendo acolhimento, suporte e reconhecimento das necessidades e potencialidades da criança e de sua família. Esses elementos configuram-se como facilitadores para a construção de uma rede de cuidado ampliada, reforçando estratégias que viabilizem a inclusão social no território.

Do ponto de vista da atenção psicossocial, esses achados revelam a importância da articulação entre rede intersetorial, suporte familiar e valorização comunitária. A atenção psicossocial enfatiza o cuidado integral, territorial e multiprofissional, considerando a pessoa e seu contexto familiar e social, em consonância com os princípios da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O reconhecimento da criança pela comunidade, aliado ao sentimento de pertencimento e aos vínculos afetivos estabelecidos, aponta para uma inclusão orgânica no cotidiana, que se sobrepõe à mera institucionalização, fortalecendo a participação social, a autonomia e o bem-estar da criança e de sua família (Instituto Ser, 2025; Caminhos Do Autismo, 2025).

Assim, quando esses elementos – acolhimento familiar, suporte intersetorial e integração comunitária – operam de forma articulada, configuram-se como instrumentos fundamentais para sustentar o desenvolvimento social, emocional e cognitivo de crianças autistas, promovendo uma inclusão mais significativa, duradoura e centrada nas potencialidades e necessidades da criança e de sua família (Rosa, 2025).

Outro aspecto que se destaca nos resultados se refere ao suporte oferecido à mãe pelos demais membros da família se mostra essencial para o desenvolvimento da criança. No caso analisado, o pai e o tio, que residem na mesma casa, contribuem significativamente tanto com as demandas do dia-dia quanto com o cuidado da criança, demonstrando-se sempre presentes, ativos e interessados em seu desenvolvimento.

Durante o processo de produção de dados na residência da criança, foi possível vivenciar situações que evidenciam esse envolvimento familiar. Em uma das visitas, o tio estava presente, e a interação durante uma atividade lúdica foi registrada da seguinte forma no diário de campo:

Inicialmente, todos ali se envolveram na montagem do quebra-cabeça, mas com o tempo, apenas eu (pesquisadora), a criança e seu tio

permaneceram na atividade, seu tio ficando do começo ao fim, sempre presente para nos auxiliar (diário de campo).



Figura 2 - Atividade Lúdica - Território da Criança e de sua Família
Fonte: Registro da Pesquisadora.

Em outro momento, o pai estava presente. A postura dele durante a atividade e sua disposição para dialogar sobre o autismo e sobre o próprio filho também foi registrada no diário de campo:

O pai da criança compartilhou comigo que costuma conversar com colegas de trabalho sobre o autismo e aproveitou para me fazer algumas perguntas sobre o desenvolvimento do filho. Ele demonstrou um interesse genuíno e acompanhou toda a atividade realizada com a criança, participando ativamente e interagindo bastante, o que tornou o momento muito agradável (diário de campo).

O apoio familiar constitui um elemento central no cuidado de crianças autistas, influenciando diretamente seu desenvolvimento, participação social e bem-estar emocional. Estudos indicam que, frequentemente, grande parte das responsabilidades recai sobre a mãe, que assume múltiplas funções de cuidado, acompanhamento terapêutico e gestão do cotidiano, o que pode gerar sobrecarga física, emocional e social (Roiz; Figueiredo, 2023).

Quando o cuidado é compartilhado entre diferentes membros da família – pais, irmãos ou outros cuidadores – é possível distribuir responsabilidades, reduzir o estresse materno e promover um ambiente mais equilibrado para a criança. Essa divisão de responsabilidades favorece também a constância nos atendimentos, a aplicação de estratégias terapêuticas em casa e o fortalecimento de vínculos afetivos, aspectos essenciais para a inclusão social e a promoção da autonomia da criança (Roiz; Figueiredo, 2023).

Portanto, a presença e o envolvimento ativo de toda a família não apenas garantem a saúde e o bem-estar da mãe, mas constituem uma estratégia fundamental para sustentar um cuidado mais eficaz e integral, possibilitando que a criança tenha suporte consistente e oportunidades ampliadas de participação e desenvolvimento (Roiz; Figueiredo, 2023).

Em síntese, os resultados indicam que a inclusão social de crianças autistas no território não depende apenas de políticas públicas formais, mas também de um tecido comunitário ativo e sensível, capaz de garantir a inclusão e os direitos das crianças. Os dados analisados evidenciam que a articulação entre família, escola, rede de saúde, comunidade e demais atores sociais constitui um eixo fundamental para promover experiências de inclusão, participação, pertencimento e desenvolvimento.

4.3 Barreiras e desafios da inclusão social no território

Ainda que muitas possibilidades e potencialidades tenham sido identificadas anteriormente, os resultados também evidenciaram barreiras que comprometem a efetiva inclusão social de crianças autistas no território investigado. Entre os principais desafios identificados, destaca-se a persistência de preconceitos sociais, que se manifestam tanto nas interações cotidianas quanto na exclusão simbólica e prática dessas crianças de diversos espaços comunitários. Além disso, observa-se a ausência de acessibilidade adequada e a existência de barreiras estruturais que dificultam a participação plena das crianças autistas em diversas atividades escolares, culturais, recreativas e de saúde.

No diário de campo da pesquisadora, foi registrado o relato da mãe acerca de um dos principais desafios enfrentados com seu filho no âmbito da saúde: a longa lista de espera para a obtenção do diagnóstico e do acesso aos tratamentos especializados. Em seu depoimento, ela afirmou:

A espera foi muito ruim, pois ele não tinha as terapias específicas que ele precisava fazer. Claro que tinha o acompanhamento do médico, mas os outros serviços mais específicos estávamos aguardando na lista de espera. Com isso, ele não tinha um tratamento, o que impactou seu bem-estar (mãe).

Esse relato evidencia as dificuldades impostas pela demora no acesso a serviços de saúde essenciais, refletindo diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento da criança, além de gerar sentimentos de angústia e sobrecarga para a família. Tal situação não é incomum: muitas famílias de crianças autistas enfrentam longos períodos de espera para diagnóstico e terapias especializadas devido à escassez de profissionais, burocracias institucionais e demanda

elevada nos serviços públicos. Essa demora configura-se como um desafio contínuo e negativo, na medida em que impede o acesso da criança em intervenções precoces, comprometendo seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que aumenta a carga emocional e o estresse familiar, tornando a rotina diária mais complexa e limitada (TCE-ES, 2023).

Durante um passeio ao território da criança, foi possível registrar, por meio de fotografia, uma praça pública destinada ao lazer infantil. Entretanto, a imagem evidencia um espaço bastante precário, com brinquedos deteriorados e acúmulo de lixo espalhado pelo chão, o que demonstra a falta de manutenção e de cuidado coletivo por parte dos moradores e do poder público.



Figura 3 – Praça de Lazer do Território.

Fonte: Registro da Pesquisadora.

Outro dado do mesmo espaço foi obtido e observado e acabou evidenciando ainda mais desafios territoriais que impactam diretamente a inclusão social de crianças autistas. A infraestrutura precária, como ruas mal pavimentadas e falta de saneamento básico em algumas áreas, dificulta o acesso a serviços e espaços públicos essenciais.

Em registro realizado pela própria pesquisadora, nota-se a praça do território da criança com diversos brinquedos danificados, comprometendo a qualidade dos espaços de lazer e restringindo as oportunidades de socialização e convivência comunitária. Esse cenário evidencia como a ausência de manutenção adequada de equipamentos públicos pode constituir uma barreira concreta à inclusão, limitando o uso seguro e acessível do espaço por crianças autistas e suas famílias.



*Figura 4 – Praça de Lazer do Território.
Fonte: Registro da Pesquisadora.*

No diário de campo, foi registrado a percepção de que, ainda que existam locais de lazer, como essa praça, estes se encontram em condições limitadas e pouco atrativas, o que restringe as possibilidades de convivência e circulação no território. Ressalta-se, assim, que os espaços voltados ao lazer já são escassos para as crianças em geral, e, quando se trata de crianças com deficiência, praticamente inexistem opções acessíveis que favoreçam sua participação social. Essa constatação foi reforçada pelo relato da mãe da criança, quando questionada sobre a existência de espaços ou programas de lazer inclusivos na comunidade:

Não tem nada, nenhum espaço ou programa de lazer inclusivos aqui na comunidade, infelizmente, mas acho que seria muito bom se tivesse (mãe).

O transporte público constitui um recurso fundamental para a circulação cotidiana de muitas famílias do território abordado, incluindo a mãe e a criança participantes desta pesquisa. Entretanto, observa-se que a precariedade da infraestrutura dos pontos de ônibus da região compromete o acesso digno e seguro a esse serviço. Reportagem jornalística local evidenciou as condições inadequadas de determinados pontos, nos quais a cobertura encontra-se rasgada, impossibilitando a proteção dos passageiros em dias de chuva, além da presença de lixo acumulado nas proximidades, que deteriora ainda mais o espaço (Globoplay, 2023). Tais fatores reforçam a percepção de que o território carece de condições básicas para assegurar mobilidade

urbana e, conseqüentemente, o exercício pleno da participação social, impactando de modo particular as crianças e suas famílias.



Figura 5 - Ponto de ônibus com cobertura danificada e acúmulo de lixo no território.
Fonte: Globoplay (2023).



Figura 6 - Ponto de ônibus com cobertura danificada e acúmulo de lixo no território.
Fonte: Globoplay (2023).

A acessibilidade ao transporte público constitui um aspecto central na garantia de participação social de crianças e suas famílias. Embora existam linhas de ônibus disponíveis na região, observa-se que a frequência e a qualidade do serviço apresentam limitações, o que dificulta o deslocamento cotidiano daqueles que dependem desse recurso. Além das barreiras estruturais, evidencia-se também a dimensão atitudinal, relacionada ao preconceito enfrentado por crianças autistas em ambientes públicos.

A falta de compreensão social acerca das especificidades do autismo pode resultar em situações de exclusão, discriminação e ausência de apoio adequado, impactando diretamente o bem-estar emocional e a socialização dessas crianças. Tal contexto favorece o aumento de estresse e ansiedade, prejudica o desenvolvimento e expõe a ausência de adaptações às necessidades sensoriais e comportamentais (Massuqueto *et al.*, 2024). Esse cenário foi ilustrado

no relato da mãe da criança participante desta pesquisa, ao ser questionada sobre experiências de exclusão vividas na comunidade:

Já sofri exclusões com meu filho sim, no ônibus principalmente quando ele não usava o cordão de identificação do TEA, e até hoje eu observo que se ele não usar todo mundo trata ele diferente, o ignorando, olhando torto e quando está com o cordão de identificação as pessoas já dão uma atenção melhor para meu filho (mãe).

Outro ponto que se destacou foi a sobrecarga emocional vivenciada por mães e responsáveis, frequentemente marcada por sentimentos de medo, frustração e solidão diante da exclusão de seus filhos e da ausência de suporte adequado. A título de exemplo, em relação ao ambiente escolar, foi constatado, o medo constante da mãe quanto às futuras experiências de seu filho. A mãe compartilha o seu medo de seu filho não ser bem acolhido em suas futuras escolas, com receio das pessoas não o compreenderem:

Tenho muita preocupação sobre como será nas próximas escolas...com a forma como ele é recebido e incluído nos lugares que frequenta, especialmente em relação à sua interação social e à construção de vínculos com outras pessoas (mãe).

No que diz respeito à acessibilidade, a mãe também destacou diversas dificuldades enfrentadas em espaços públicos e de convivência no território. O relato revela que, para além das adaptações físicas, é urgente a necessidade de sensibilização da sociedade e de qualificação dos espaços para que se tornem de fato inclusivos, promovendo conforto sensorial, acolhimento e inclusão social.

Hoje em dia os lugares não têm muito suporte para autistas. As barreiras incluem muito barulho, aglomeração, falta de informação e ampliação nesse mundo para que autistas possam frequentar diversos ambientes (mãe).

Ainda sobre o território, foi mencionada a ausência de espaços comunitários voltados especificamente para crianças especiais.

Acredito que a criação de um espaço acolhedor, no território, voltado especificamente para crianças especiais, seria de grande relevância. Um ambiente comunitário com esse propósito poderia promover discussões construtivas, o compartilhamento de ideias e a construção coletiva de estratégias para aprimorar a inclusão de nossas crianças (mãe).

Esse desejo evidencia a importância de iniciativas locais que promovam pertencimento, apoio mútuo entre famílias e a construção de redes solidárias, ampliando as possibilidades de inclusão e participação ativa das crianças em sua própria comunidade. Na

perspectiva da atenção psicossocial, tais iniciativas refletem a necessidade de um cuidado integral, territorial e multiprofissional, no qual a comunidade, a família e os serviços de saúde atuam de forma articulada, oferecendo suporte não apenas clínico, mas também social e emocional (Mello, 2015).

Os relatos indicam uma realidade marcada por exclusões cotidianas, mas também por uma forte mobilização das famílias na busca por direitos, acolhimento e espaços verdadeiramente inclusivos. Esse cenário reforça a urgência de políticas públicas integradas e territorializadas, que contemplem o autismo de forma transversal e considerem as múltiplas dimensões da vida social (Alves; Nascimento; Medrado, 2023).

A ausência de suporte articulado compromete significativamente o bem-estar das crianças autistas e de suas famílias, dificultando o exercício pleno da cidadania e o acesso a direitos fundamentais. A superação dessas barreiras exige ações intersetoriais consistentes, investimento em políticas inclusivas, formação continuada de profissionais e a promoção de uma cultura de respeito à neurodiversidade (Alves; Nascimento; Medrado, 2023).

Na perspectiva da atenção psicossocial, somente por meio de esforços coletivos e estruturais, que integrem família, comunidade e serviços de saúde e educação, será possível construir uma sociedade mais justa, equitativa e sensível às singularidades de cada criança, fortalecendo redes de cuidado capazes de sustentar a inclusão social, a autonomia e o bem-estar de crianças autistas e de suas famílias (Saad; Souza, 2024).

Além disso, a insegurança, marcada por relatos de criminalidade e ausência de policiamento, compromete a sensação de proteção das famílias, enquanto a limitação do transporte público, tanto em frequência quanto em qualidade, dificulta o deslocamento, especialmente para atendimentos especializados. O isolamento social do bairro, decorrente da distância e da oferta restrita de serviços locais, reduz a integração com outras regiões da cidade.

Esses fatores configuram obstáculos estruturais que vão além do indivíduo e exigem intervenções territorializadas, intersetoriais e integradas. A atenção psicossocial enfatiza que a inclusão social de crianças autistas depende não apenas do cuidado familiar ou escolar, mas também de condições de infraestrutura, segurança e acessibilidade no território, que permitam participação plena, autonomia e bem-estar. Assim, a superação dessas barreiras demanda políticas públicas que articulem saúde, educação, assistência social e urbanismo, garantindo que os espaços comunitários sejam seguros, acessíveis e promotores de convivência social para todas as crianças e suas famílias (Oliveira *et al.*, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar e compreender o processo de inclusão social de uma criança autista em seu território, considerando a perspectiva da própria criança e de seus responsáveis. Os resultados evidenciaram que a inclusão está fortemente condicionada à existência de redes de apoio entre família, comunidade e instituições públicas, que, quando presentes, ampliam as oportunidades de participação social da criança. Entretanto, evidenciam-se barreiras significativas à inclusão de crianças autistas no território. Entre elas, destacam-se os preconceitos sociais, a ausência de acessibilidade adequada e a persistência de obstáculos estruturais que restringem a participação plena em atividades escolares, culturais, recreativas e de saúde. Soma-se a isso a precariedade da infraestrutura urbana, expressa em ruas mal pavimentadas, acúmulo de lixo, falta de saneamento básico em algumas áreas e parques infantis com brinquedos quebrados, elementos que limitam o uso seguro e inclusivo dos espaços comunitários. Observa-se ainda a carência de locais adequados tanto para crianças sem deficiência quanto para aquelas com necessidades específicas, além da insuficiência de suporte em espaços públicos, o que potencializa sentimentos de medo e preocupação nas famílias frente ao preconceito e à exclusão social.

Observou-se, ainda, que o território em questão, embora apresente crescimento populacional e comercial que favorece o acesso a serviços, carece de infraestrutura e de políticas voltadas à saúde, educação e lazer inclusivo, fatores que comprometem a plena participação da criança em sua comunidade.

Como todo trabalho científico, o presente estudo apresenta limites que precisam ser reconhecidos e sinalizados. O fato de se tratar de um estudo de caso único, realizado em um recorte temporal delimitado, restringe a possibilidade de observar transformações mais amplas e contínuas no processo de inclusão social da criança. Um período maior de acompanhamento permitiria identificar mudanças significativas ao longo do tempo, bem como avaliar os impactos de políticas, intervenções e estratégias comunitárias na vida da criança e de sua família. Outro limite importante diz respeito ao foco da pesquisa, que esteve centrado principalmente na criança e em sua família. Embora essa perspectiva seja fundamental, a inclusão social é um fenômeno que envolve múltiplos atores, como professores, colegas, profissionais de saúde, vizinhos e gestores públicos. A ausência dessas vozes na análise restringe a compreensão das dinâmicas coletivas e institucionais que atravessam o processo de inclusão no território.

Reconhecer essas limitações não diminui a relevância dos achados, mas aponta caminhos importantes para investigações futuras. Destaca-se a necessidade de desenvolver

pesquisas de maior duração e abrangência, que contemplem a participação de diferentes atores sociais e permitam compreender de forma mais ampla os fatores que favorecem ou dificultam a inclusão de crianças autistas em seus territórios.

Diante disso, torna-se evidente a importância de ampliar a produção científica voltada à inclusão social de crianças autistas e aos desafios que ainda se apresentam nesse processo. Pesquisas mais robustas, intersetoriais e participativas são fundamentais para subsidiar políticas públicas mais eficazes, capazes de garantir não apenas o acesso a serviços de saúde, educação, lazer e assistência social, mas também a plena participação dessas crianças em suas comunidades. O fortalecimento desse campo de estudos é, portanto, essencial para a construção de territórios mais inclusivos, solidários e comprometidos com a valorização da neurodiversidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P.; RIBEIRO, J.; SANTOS, L. **Impacto do diagnóstico de autismo infantil na família.** *Revista FT*, 2021. Disponível em: <https://revistaft.com.br/impacto-do-diagnostico-de-autismo-infantil-na-familia/>. Acesso em: 27 maio 2025.
- ALVES, M. R.; NASCIMENTO, G. B. A. C. V. R.; MEDRADO, L. C. **Políticas públicas e autismo no Brasil: desafios à implementação de estratégias inclusivas.** *Revista Filosofia Capital*, v. 20, n. 26, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51497/rfc.v20n26-014>.
- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. (Temas em Saúde).
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders – DSM-5.** 5th ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo.** Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- BUENO, K. M. P.; ALMEIDA, S. C. de; SALES, M. M.; SALGADO, M. F. **Práticas de terapia ocupacional na rede de saúde mental da criança e do adolescente.** *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 29, p. e2877, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2173>.
- CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. **Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura.** *Educação em Revista*, v. 33, e142079, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698142079>.
- CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura.** *Psicologia & Sociedade*, v. 21, p. 65-74, 2009.
- CAMARGOS JUNIOR, W. **Transtornos invasivos do desenvolvimento.** 1. ed. Belo Horizonte: 3º Milênio, 2002. p. 260.
- CAMINHOS DO AUTISMO. **A importância da rede de apoio para o autista: um pilar fundamental.** *Saúde em Dia*, 14 maio 2025. Disponível em: <https://caminhosautismo.com/importancia-da-rede-de-apoio-para-o-autista/>. Acesso em: 27 maio 2025.
- CARON NETO, A. G.; NASCIMENTO, D. T. do. **Redes solidárias de apoio ao autismo no Brasil: uma revisão sistemática da última década.** *Revista de Gestão e Secretariado*, Chapecó, v. 13, n. 3, p. 689-711, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v13i3.1350>.
- COIMBRA, A. P. G. *et al.* **A fotografia como instrumento de percepção do cotidiano do autista através do trabalho de Timothy Archibald.** *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, v. 9, n. 3, p. 137-148, 2022.

COSTA, E.; SILVA, M.; SOUZA, R. **Autismo e suporte familiar: relações afetivas estabelecidas entre crianças com autismo.** *ResearchGate*, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346871047_Autismo_e_suporte_familiar_relacoes_afetivas_estabelecidas_entre_crianças_com_autismo.

COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G. **Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais.** *Psicologia Clínica*, v. 27, n. 1, p. 17-40, jan. 2015.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DEWALT, K. M.; DEWALT, B. R. **Participant observation: a guide for fieldworkers.** Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 2002.

DONVAN, J.; ZUCKER, C. **Outra sintonia: a história do autismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FIOCRUZ. **Estruturação da rede inclusiva e integrada de cuidado e atenção às crianças e adolescentes com TEA.** *IdeiaSUS*, 2023. Disponível em: <https://ideiasus.fiocruz.br/praticas/estruturacao-da-rede-inclusiva-e-integrada-de-cuidado-e-atencao-as-criancas-e-adolescentes-com-tea/>.

GIOLO, A. M.; GARCEZ, L. **A inclusão de crianças autistas no ensino regular.** *Aletheia*, Canoas, v. 55, n. 1, p. 168-191, jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/226091.55.1-9>.

GLOBOPLAY. **Moradores reclamam de condições de pontos de ônibus em São Carlos.** São Carlos: EPTV Central, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11664996/>.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** *Revista de Administração de Empresas*, p. 57–63, 1995.

INSTITUTO SER. **A importância da rede de apoio para famílias de crianças com TEA.** 28 mar. 2025. Disponível em: <https://www.institutoser.com.br/a-importancia-da-rede-de-apoio-para-familias-de-criancas-com-tea/>.

LAGE, S. R. M.; LUNARDELLI, R. S. A.; KAWAKAMI, T. T. **O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia.** *Encontros Bibli*, v. 28, e93040, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e93040>.

LEMOS, E. L. de M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. **Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 1, p. 117-130, jan. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000100009>.

LIMA, P. O.; LIMA, V. H. B. **A criança com diagnóstico de autismo na contemporaneidade.** *Cadernos de Psicologia*, v. 1, n. 1, 2019.

LOURENÇO, C. *et al.* **A clínica especializada e o diagnóstico de transtorno do espectro autista no contexto dos centros de atenção psicossocial infantojuvenil: possibilidades e**

limites do cuidado. In: FERNANDES, T.; TAÑO, C.; CID, M.; MATUSKURA, T. (Orgs.). *Saúde mental de crianças e adolescentes e atenção psicossocial*. Barueri: Manole, 2021.

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada.** In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.). *Colóquios sobre pesquisa em educação especial*. Londrina: Eduel, 2003.

MASSUQUETO, S. *et al.* **A inclusão da pessoa autista como expressão dos direitos fundamentais ao trabalho e à dignidade humana.** *Revista FT*, 2024.

MATSUKURA, T. S.; MINATEL, M. M.; FERNANDES, A. D. S. A. **Terapia ocupacional e o transtorno do espectro do autismo: considerações para intervenções na singularidade, diversidade e complexidade.** In: FIGUEIREDO, M. O. (Org.). *Terapia ocupacional no ciclo de vida da infância: histórico, proposições e perspectivas futuras*. São Paulo: Memnon, 2022.

MELLO, A. M. S. R. **Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, e250111, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000100011>.

OLIVEIRA, B. *et al.* **Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, n. 3, p. 707-726, 2017.

ORBINATTE JUNIOR, R. **Desafios e perspectivas da inclusão escolar de crianças com TEA no Brasil.** *Revista FT*, 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/desafios-e-perspectivas-da-inclusao-escolar-de-criancas-com-tea-no-brasil/>.

REIS, A. C.; PEREIRA-SILVA, N. L. **Transtorno do espectro autista (TEA) e família: uma revisão.** *Revista Educação Especial*, Universidade Federal de Santa Maria, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/87407>.

ROIZ, R. G.; FIGUEIREDO, M. O. **O processo de adaptação e desempenho ocupacional de mães de crianças no transtorno do espectro autista.** *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 31, e3304, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO252633041>.

ROMEU, C. A.; ROSSIT, R. A. S. **Trabalho em equipe interprofissional no atendimento à criança com transtorno do espectro do autismo.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 28, e0114, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0114>.

ROSA, E. L. da. **O papel da família e da escola na inclusão de crianças com o transtorno do espectro autista: proteção e bem-estar infantil.** *Revista FT*, maio/jun. 2025.

SAAD, A. P. R.; SOUZA, G. A. C. de. **Fortalecendo sistemas de saúde inclusivos: o papel da Rede de Atenção Psicossocial no apoio a indivíduos com transtorno do espectro do autismo no Brasil.** *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, 2024.

SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **O processo de pesquisa e enfoques quantitativo e qualitativo: rumo a um modelo integral.** In: *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw, p. 3-21, 2006.

SANTOS, S. **Estudo de caso: a interpretação do desenho infantil.** *Educaeducere*, ano XV, n. 1-II, 2013.

TREVISAN, E. R.; ALMEIDA, D. T.; BARROS, V. A. **O trabalho de terapeutas ocupacionais em um centro de atenção psicossocial: para além das fronteiras disciplinares.** *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional – REVISBRATO*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 1735-1751, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto56653>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **ICD-11: International classification of diseases for mortality and morbidity statistics.** 11th Revision. Reference Guide [Internet]. 2022. Disponível em: <https://icdcdn.who.int/icd11referenceguide/en/html/index.html>.

YIN, R. K. **Case study research: design and method.** 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2009.